



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

UASG: 925898

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - ADEPARÁ

PAE nº 2026/2255818

RESUMO



PROMOTOR

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará,
CNPJ nº 05.470.347/0001-11.



OBJETO

Aquisição de peças e componentes de informática, conforme especificações, quantitativos e condições constantes no Termo de Referência



MÉTODO DE DISPUTA

- ☐ Aberto
- ☒ Aberto e fechado
- ☐ Fechado e aberto



CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- ☒ Menor preço
- ☐ Maior desconto



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

UASG: 925898



ENTREGA

Forma Em parcela única.
Prazo **15 dias corridos** após a emissão da nota de empenho.
Local Travessa Estrella, nº1184, Pedreira, CEP- 66080-008 – Belém-PA, de 09h00mm às 15h00m

VALOR TOTAL

R\$ 705.642,58. (Setecentos e cinco mil seiscientos e quarenta e dois reais e cinquenta e oito centavos)



REAJUSTE

Índice ☐ IPCA ☐ INCC
☐ INPC ☒ IGPM
Período A cada **12 meses**, a contar de **dd/mm/aaaa** (data do orçamento estimado).

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.
Prazo **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data 13/05/2026.
Hora 10:00 hrs.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
UASG: 925898

SUMÁRIO

CLÁUSULA 1

Promotor do pregão.....4

CLÁUSULA 2

Fundamento legal4

CLÁUSULA 3

Objeto.....4

CLÁUSULA 4

Condições para participar da licitação.....11

CLÁUSULA 5

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação13

CLÁUSULA 6

Preenchimento da proposta.....16

CLÁUSULA 7

Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances.....17

CLÁUSULA 8

Julgamento das propostas.....23

CLÁUSULA 9

Habilitação25

CLÁUSULA 10

Adjudicação e homologação29

CLÁUSULA 11

Recursos29

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas.....31

CLÁUSULA 13

Impugnação ao edital.....34

CLÁUSULA 14

Disposições finais.....35



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
UASG: 925898

REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

CLÁUSULA 1

Promotor do pregão

PROMOTOR deste pregão é a **Agência de Defesa Agropecuária do ESTADO DO PARÁ**, autarquia estadual, UASG: 925898. CNPJ nº 05.470.347.0001-11, com sede na Travessa da Estrella, nº 1184 (Mariz e Barros), neste ato representado por seu Diretor Geral **Jamir Júnior Paraguassu Macedo**.

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.939/23, o Decreto Estadual nº 2.940/23, Lei Complementar Federal nº 123/06, Portaria nº 77/2024 – ADEPARÁ de 25 de janeiro de 2024, que designam Agentes de Contratação, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto desta licitação é a **aquisição de peças de computadores e componentes de informática**, destinadas à manutenção e montagem de máquinas em/para funcionamento nas cento e quarenta e quatro unidades de atendimento desta Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, com a finalidade de garantir a continuidade e a eficiência dos serviços prestados, conforme descrito no Termo de Referência (TR), o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

3.1.1. A especificação técnica dos materiais no arquivo PDF a ser baixada juntamente com o Edital no Comprasnet (Relação de Itens) geralmente é obtida a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editável, em alguns casos, pelo órgão promotor do certame. **Portanto, sempre que tal especificação não corresponder à descrição do Termo de Referência - TR, prevalecerá a que consta do TR.**

3.2 Os bens a serem licitados são os seguintes itens descritos no TR:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
UASG: 925898

O QUE SERÁ CONTRATADO?							
	Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado**	Total**
	1	Cabo de Rede CAT6 Cabo de rede categoria 6, padrão TIA/EIA-568-B.2 ou superior, suporte a Gigabit Ethernet (1000 Mbps), condutor em cobre, isolamento anti-chamas, caixa pa Drão de Aproximadamente 305 metros, certificado por órgão regulador competente	201538-2	CX	4	R\$ 1.335,47	R\$ 5.341,88
	2	Bateria CR2032 Bateria tipo moeda, tecnologia lítio, tensão nominal 3V, compatível com placas-mãe de computadores, vida útil mínima de 5 anos.	150639-0	UND	60	R\$ 5,26	R\$ 315,60



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

UASG: 925898

3	Bateria 12V 7Ah Bateria selada VRLA, tensão nominal 12V, capacidade mínima de 7Ah, adequada para uso em nobreaks e equipamentos eletrônicos, com certificação de segurança elétrica.	143164-1	UND	100	R\$ 130,87	R\$ 13.084,00
4	Gabinete ATX Gabinete padrão ATX compatível com placas-ATX, estrutura metálica resistente, suporte para SSD e HDD, baias internas, portas USB frontais e sistema de ventilação adequado.	231761-3	UND	120	R\$ 478,20	R\$ 57.384,00
5	Teclado padrão ABNT2, conexão USB, tecnologia Plug and Play, compatível com sistemas operacionais Windows e Linux.	218234-3	UND	300	R\$ 60,73	R\$ 18.219,00
6	Mouse óptico, conexão USB, resolução mínima de 1000 DPI, tecnologia Plug and Play.	218235-1	UND	300	R\$ 33,29	R\$ 9.987,00
	SSD 240GB Unidade de estado sólido	234402-5	UND		R\$ 499,65	R\$ 49.965,00



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

UASG: 925898

	7	lido com capacidade mínima de 240GB, interface SATA III 6Gb/s, leitura mínima de 450MB/s e gravação mínima de 400MB/s, suporte a TRIM e SMART.			100		
	8	SSD 512GB Unidade de estado sólido com capacidade mínima de 512GB, interface SATA III 6Gb/s, tecnologia 3D NAND, suporte a TRIM e SMART.	233725-8	UND	50	R\$ 610,55	R\$ 30.527,50

	9	Memória DDR4 8GB Memória RAM DDR4, capacidade mínima de 8GB, frequência mínima de 2666 MHz, compatível com placas-mãe padrão Intel.	222590-5	UND	100	R\$ 595,30	R\$ 59.530,00
--	---	---	----------	-----	-----	------------	---------------



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

UASG: 925898

	10	Memória DDR4 16GB Memória RAM DDR4, capacidade mínima de 16GB, frequência mínima de 2666 MHz, compatível com placas-mãe padrão Intel	236038-1	UND	80	R\$ 1.173,35	R\$ 93.868,00
	11	SSD M.2 240GB SSD formato M.2, capacidade mínima de 240GB, interface NVMe PCIe, leitura mínima de 1500MB/s.	234425-4	UND	80	R\$ 541,02	R\$ 43.281,60
	12	SSD M.2 480GB SSD formato M.2, capacidade mínima de 480GB, interface NVMe PCIe, tecnologia 3D NAND	215666-0	UND	50	R\$ 629,22	R\$ 31.461,00
	13	SSD 960GB SSD capacidade mínima de 960GB, interface SATA III, leitura mínima de 500MB/s e gravação mínima de 450MB/s.	229743-4	UND	40	R\$ 746,34	R\$ 29.853,60
	14	Processador Intel Core i5 10ª geração Processador com no mínimo 4 núcleos e 8 threads, frequência base mínima de 2.5 GHz, cache mínimo de 8MB, suporte à virtualização.	199782-3	UND	20	R\$ 1.150,18	R\$ 23.003,60



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

UASG: 925898

15	Processador Intel Core i5 12ª geração Processador com arquitetura compatível com soquete LGA 1700, mínimo 6 núcleos, suporte a memória DDR4 ou DDR5, tecnologia de virtualização	216903-7	UND	40	R\$ 1.262,84	R\$ 50.513,60
16	Conector RJ45 Conector padrão RJ45 compatível com cabos CAT6, contatos banhados a ouro, padrão TIA/EIA.	219934-3	UND	200	R\$ 1,19	R\$ 238,00
17	Fonte ATX 850W Fonte de alimentação padrão ATX, potência real mínima de 850W, certificação de eficiência energética mínima 80 Plus Bronze, PFC ativo e proteções elétricas	222688-0	UND	60	R\$ 893,94	R\$ 53.636,40
18	Placa de Vídeo 6GB Placa gráfica dedicada com mínimo de 6GB de memória GDDR6, interface PCI Express, suporte a DirectX 12 ou superior, saídas HDMI ou DisplayPort.	231782-6	UND	20	R\$ 1.709,42	R\$ 34.188,40
19	Cooler para Processador Universal Cooler compatível com múltiplos sockets Intel e AMD, dissipador em alumínio ou cobre, ventoinha com controle PWM.	199785-8	UND	30	R\$ 176,13	R\$ 5.283,90

	20	Cooler Intel LGA 1700 Cooler compatível com socket Intel LGA 1700, sistema de dissipação adequado para processadores Intel Core.	237894-9	UND	80	R\$ 84,20	R\$ 6.736,00
	21	Placa-mãe ASUS B760M-AYW WIFI D4 II ou equivalente Placa-mãe compatível com processadores Intel 12ª geração, socket LGA1700, suporte a memória DDR4, slot M.2 NVMe, rede Gigabit e conectividade Wi-Fi integrada.	224979-0	UND	40	R\$ 1.413,45	R\$ 56.538,00
	22	Fonte ATX 500W Fonte padrão ATX, potência real mínima de 500W, PFC ativo, proteções contra sobrecarga e curto-circuito, eficiência energética mínima compatível com padrão de mercado.	130444-5	UND	150	R\$ 217,91	R\$ 32.686,50
						VALOR GLOBAL ESTIMADO**	R\$ 705.642,58

3.3 A licitação observará o seguinte:

- ☒ **Divisão em itens**, conforme tabela do [item 3.2](#) deste edital;

CLÁUSULA 4

Condições para participar da licitação

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

4.4.1. Para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, a participação é exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123/06.

4.4.2. O benefício a que se refere o item anterior fica limitado às MEs e EPPs que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados superem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

- a.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

- c.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

4.7 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

4.8 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.9 O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.10 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão participar no apoio das atividades

de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

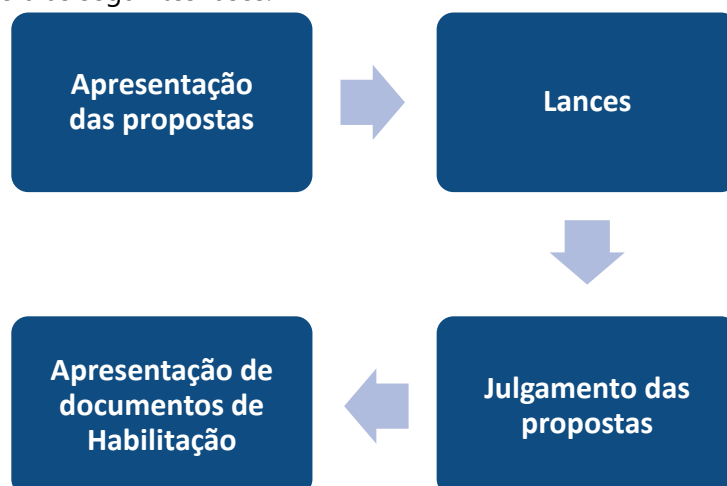
4.12 O disposto nas [alíneas b e c do item 4.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

4.13 A proibição do [item 4.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA 5

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

5.1 A licitação terá as seguintes fases:



5.2 Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a.** Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e.** Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 A realização de declarações falsas nos [itens 5.3](#) e [5.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.6 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

5.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.8 Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a. A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do [item 5.9](#) será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

5.12 Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

5.13 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 6

Preenchimento da proposta

6.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- a. ☒ valor do item.
- b. Marca/Modelo
- c. Fabricante.
- d. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

6.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

6.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).

6.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas obriga cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

6.7 Em virtude do compromisso previsto no [item 6.6](#), o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta enquanto perdurar sua vigência, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9 Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas e apurados no processo de cotação de preços e elaboração de valor estimado médio:

- a.** O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
 - 1.** Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
 - 2.** Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA 7

7.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 A proposta cadastrada no portal de realização do certame que identifique o LICITANTE será desclassificada.

7.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4 A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

7.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

7.6 Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e OS LICITANTES.

7.8 Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado do seguinte modo:

Unitário/global do ITEM.

7.10 Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.11 O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de R\$ 00, 10 (Dez centavos de real)

7.13 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.14 O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa	Regras
<input checked="" type="checkbox"/> Aberto e fechado	<ul style="list-style-type: none">a. No modo de disputa aberto e fechado, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.b. A fase de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos. Após esse tempo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, a partir daí, será aleatoriamente determinado um tempo de até 10 minutos para envio de lances. Terminado este prazo adicional, a recepção de lances será automaticamente encerrada.c. Encerrado o prazo previsto na alínea anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado, no prazo de 5 minutos. Este lance será <i>sigiloso</i> até o encerramento do prazo de 5 minutos.d. No procedimento de que trata a alínea anterior, o LICITANTE poderá manter o seu último lance da etapa aberta ou ofertar um lance melhor.e. Não havendo pelo menos 3 ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer um lance final e fechado no prazo de 5 minutos. Durante este prazo, o lance terá caráter <i>sigiloso</i>.

7.15 Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem **crescente** valores.

7.16 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

7.18 No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.21.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

7.21.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.21.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

7.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

7.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

Disputa final

Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

Avaliação do desempenho contratual prévio

Deverão ser utilizados preferencialmente registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.

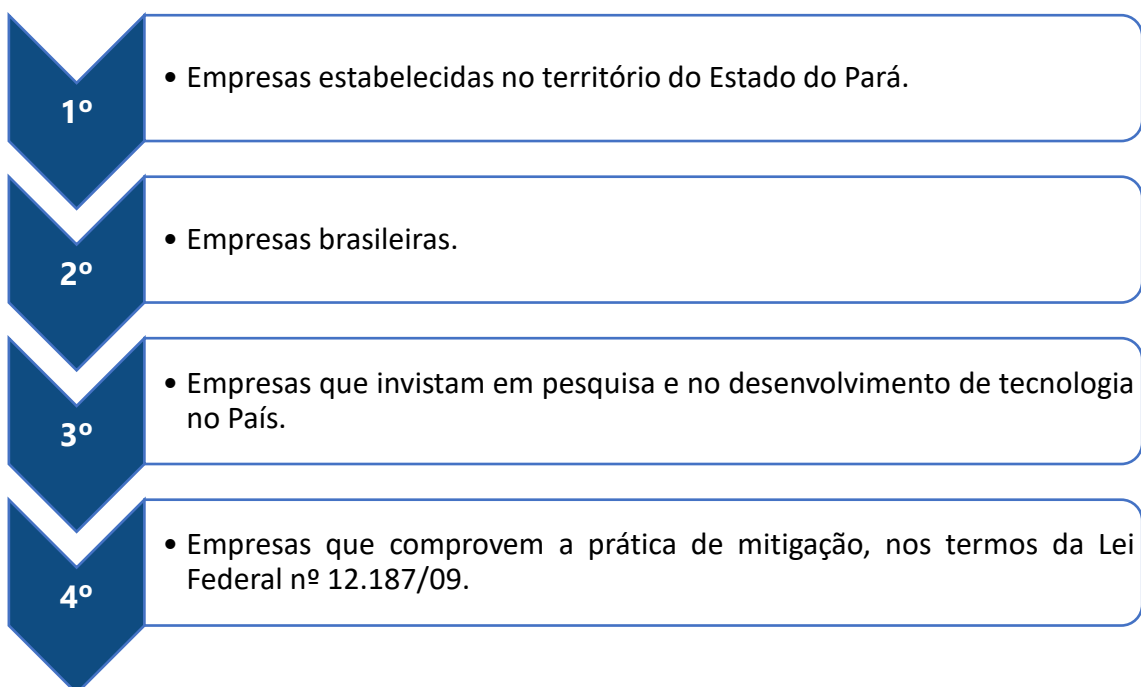
Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho

Conforme regulamento.

Desenvolvimento de programa de integridade

Conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



7.25 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.26 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.27 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.28 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

7.29 O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30 É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de **solicitação fundamentada** feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.31 Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA 8

Julgamento das propostas

8.1 Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;

- b.** O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c.** Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

8.4 O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

8.5 Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a.** Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c.** Apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço estimado máximo definido para a contratação;
- d.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e.** Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado sem alteração do item ofertado.

8.8 É indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a.** Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b.** Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

8.9 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexecuibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

8.11 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

8.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15 Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

8.17 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18 A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

- a.** Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou
- b.** Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

8.19 Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

CLÁUSULA 9

Habilitação

9.1 Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

9.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2.1 - A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada art. 66 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2 As habilitações Fiscal (Federal, Estadual e Municipal), social e Trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos requisitos dispostos no art. 68 da Lei nº 14.133/2021, conforme a seguir a seguir:

9.2.2.1 A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.2.2.2 A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.2.3 A regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.2.4 A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.2.2.5 A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

9.2.2.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.2.3. Para fins de demonstração da habilitação Econômico-Financeira, o licitante vencedor deverá apresentar (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

9.2.3.1 Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei;

9.2.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo Balanço de Abertura.

9.2.3.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$$
$$SG = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$$
$$\text{e } LC = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$$

9.2.3.4. O Licitante que apresentar resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices citados no item acima, quando da habilitação, deverá

comprovar, considerados os riscos para a ADEPARA, o Capital ou Patrimônio Líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação (§ 4º do art. 69 da Lei n.º 14.133/2021).

9.2.3.5. Certidão Negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, case se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.2.3.6. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4 Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5 Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o TR exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [inserir um percentual 10% a 30%, salvo se houver justificativa no processo para não haver esse acréscimo] para o consórcio em relação ao valor exigido para os LICITANTES individuais.

9.6. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

9.7 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

9.8 Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.9 Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

9.10 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.12 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.12.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.13 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.14 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO, DESDE QUE A SOLICITAÇÃO OCORRA ANTES DO FIM DO PRAZO INICIAL E POR MOTIVO DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

9.15 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.16 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a. Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.17 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#).

9.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

9.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

CLÁUSULA 10

Adjudicação e homologação

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

CLÁUSULA 11

Recursos

11.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2 O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b. O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a. Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b. Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

11.10 Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
<p>a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;</p> <p>b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;4. Deixar de apresentar amostra;5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; <p>c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p>	<p>Multa</p> <p>0,5% a 15% do valor do contrato licitado.</p> <p><i>e</i></p> <p>Impedimento de licitar e contratar*</p> <p>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “<i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i>”.</p>

<ul style="list-style-type: none"> d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração; e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação; f. Fraudar a licitação; g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: <ul style="list-style-type: none"> 1. Agir em conluio ou contra a lei; 2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento; 3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada; h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13. 	<p style="text-align: center;">Multa</p> <p style="text-align: center;">15% a 30% do valor do contrato licitado.</p> <p style="text-align: center;"><i>e</i></p> <p style="text-align: center;">Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</p>
--	---

12.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

12.3. As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de [definir número] dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

12.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

12.10 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

12.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.13 Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o

recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.14 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

12.15 O recurso a que se refere o [item 12.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

12.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

12.17 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 13

Impugnação ao edital

13.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

13.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico através do e-mail: licitacao@adepara.pa.gov.br.

13.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

13.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Dec Estadual nº 2.940, de 2023.

CLÁUSULA 14

Disposições finais

14.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

14.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III – (...)

Cidade (PA), 29 de abril de 2026.

(Assinatura)

NOME DO TITULAR

Cargo e matrícula

TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS

PAE nº 2026/2255818

O QUE SERÁ CONTRATADO?

	Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado**	Total**
	1	Cabo de Rede CAT6 Cabo de rede categoria 6, padrão TIA/EIA-568-B.2 ou superior, suporte a Gigabit Ethernet (1000 Mbps), condutor em cobre, isolamento anti-chamas, caixa padrão de aproximadamente 305 metros, certificado por órgão regulador competente	201538-2	CX	4	R\$ 1.335,47	R\$ 5.341,88
	2	BateriaCR2032 Bateria tipo moeda, tecnologia lítio, tensão nominal 3V, compatível com placas-mãe de computadores, vida útil mínima de 5 anos.	150639-0	UND	60	R\$ 5,26	R\$ 315,60
	3	Bateria 12V 7Ah Bateria selada VRLA, tensão nominal 12V, capacidade mínima de 7Ah, adequada para uso em nobreaks e equipamentos eletrônicos, com certificação de segurança elétrica.	143164-1	UND	100	R\$ 130,87	R\$ 13.084,00
	4	Gabinete ATX Gabinete padrão ATX compatível com placas-	231761-3	UND	120	R\$ 478,20	R\$ 57.384,00

		mãe ATX e Micro-ATX, estrutura metálica resistente, suporte para SSD e HDD, baias internas, portas USB frontais e sistema de ventilação adequado.					
	5	Teclado Teclado padrão ABNT2, conexão USB, tecnologia Plug and Play, compatível com sistemas operacionais Windows e Linux.	218234-3	UND	300	R\$ 60,73	R\$ 18.219,00
	6	Mouse Mouse óptico, conexão USB, resolução mínima de 1000 DPI, tecnologia Plug and Play.	218235-1	UND	300	R\$ 33,29	R\$ 9.987,00
	7	SSD 240GB Unidade de estado sólido com capacidade mínima de 240GB, interface SATA III 6Gb/s, leitura mínima de 450MB/s e gravação mínima de 400MB/s, suporte a TRIM e SMART.	234402-5	UND	100	R\$ 499,65	R\$ 49.965,00
	8	SSD 512GB Unidade de estado sólido com capacidade mínima de 512GB, interface SATA III 6Gb/s, tecnologia 3D NAND, suporte a TRIM e SMART.	233725-8	UND	50	R\$ 610,55	R\$ 30.527,50

	9	Memória DDR4 8GB Memória RAM DDR4, capacidade mínima de 8GB, frequência mínima de 2666 MHz, compatível com placas-mãe padrão Intel.	222590-5	UND	100	R\$ 595,30	R\$ 59.530,00
	10	Memória DDR4 16GB Memória RAM DDR4, capacidade mínima de 16GB, frequência mínima de 2666 MHz, compatível com placas-mãe padrão Intel	236038-1	UND	80	R\$ 1.173,35	R\$ 93.868,00
	11	SSD M.2 240GB SSD formato M.2, capacidade mínima de 240GB, interface NVMe PCIe, leitura mínima de 1500MB/s.	234425-4	UND	80	R\$ 541,02	R\$ 43.281,60
	12	SSD M.2 480GB SSD formato M.2, capacidade mínima de 480GB, interface NVMe PCIe, tecnologia 3D NAND	215666-0	UND	50	R\$ 629,22	R\$ 31.461,00
	13	SSD 960GB SSD capacidade mínima de 960GB, interface SATA III, leitura mínima de 500MB/s e gravação mínima de 450MB/s.	229743-4	UND	40	R\$ 746,34	R\$ 29.853,60
	14	Processador Intel Core i5 10ª geração Processador com no mínimo 4 núcleos e 8 threads, frequência base mínima de 2.5 GHz, cache mínimo de 8MB, suporte à virtualização.	199782-3	UND	20	R\$ 1.150,18	R\$ 23.003,60

	15	Processador Intel Core i5 12ª geração Processador com arquitetura compatível com soquete LGA 1700, mínimo 6 núcleos, suporte a memória DDR4 ou DDR5, tecnologia de virtualização	216903-7	UND	40	R\$ 1.262,84	R\$ 50.513,60
	16	Conector RJ45 Conector padrão RJ45 compatível com cabos CAT6, contatos banhados a ouro, padrão TIA/EIA.	219934-3	UND	200	R\$ 1,19	R\$ 238,00
	17	Fonte ATX 850W Fonte de alimentação padrão ATX, potência real mínima de 850W, certificação de eficiência energética mínima 80 Plus Bronze, PFC ativo e proteções elétricas	222688-0	UND	60	R\$ 893,94	R\$ 53.636,40
	18	Placa de Vídeo 6GB Placa gráfica dedicada com mínimo de 6GB de memória GDDR6, interface PCI Express, suporte a DirectX 12 ou superior, saídas HDMI ou DisplayPort.	231782-6	UND	20	R\$ 1.709,42	R\$ 34.188,40
	19	Cooler para Processador Universal Cooler compatível com múltiplos sockets Intel e AMD, dissipador em alumínio ou cobre, ventoinha com controle PWM.	199785-8	UND	30	R\$ 176,13	R\$ 5.283,90

	20	Cooler Intel LGA 1700 Cooler compatível com socket Intel LGA 1700, sistema de dissipação adequado para processadores Intel Core.	237894-9	UND	80	R\$ 84,20	R\$ 6.736,00
	21	Placa-mãe ASUS B760M-AYW WIFI D4 II ou equivalente Placa-mãe compatível com processadores Intel 12ª geração, socket LGA1700, suporte a memória DDR4, slot M.2 NVMe, rede Gigabit e conectividade Wi-Fi integrada.	224979-0	UND	40	R\$ 1.413,45	R\$ 56.538,00
	22	Fonte ATX 500W Fonte padrão ATX, potência real mínima de 500W, PFC ativo, proteções contra sobrecarga e curto-circuito, eficiência energética mínima compatível com padrão de mercado.	130444-5	UND	150	R\$ 217,91	R\$ 32.686,50
				VALOR GLOBAL ESTIMADO**			R\$ 705.642,58

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	
QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	<p>A presente contratação tem como objetivo a aquisição de peças de computadores destinadas à manutenção e montagem de máquinas para as 144 unidades de atendimento desta Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, com a finalidade de garantir a continuidade e a eficiência dos serviços prestados.</p> <p>A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, modalidade que se apresenta como a solução mais adequada, em conformidade com a Lei nº</p>

	<p>14.133/2021 (Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos), por possibilitar ampla competitividade, maior transparência, e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.</p> <p>O Pregão Eletrônico, previsto no artigo 1º da Lei nº 14.133/2021, visa a escolha da proposta mais vantajosa, considerando tanto o preço quanto as condições de entrega, qualidade e prazos, permitindo a participação de fornecedores de todo o território nacional e garantindo a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Esta modalidade também atende ao princípio da economicidade, ao permitir a realização do procedimento licitatório de forma célere e com ampla acessibilidade aos fornecedores.</p>
NATUREZA DO BEM	
<input checked="" type="checkbox"/> Comum. <input type="checkbox"/> Especial.	
PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM	
HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?	<input checked="" type="checkbox"/> Não.
O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?	<p>Justificativa:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p>A solicitação de amostras no processo licitatório visa garantir que os produtos ofertados atendem às especificações técnicas e de qualidade exigidas, assegurando sua compatibilidade e desempenho nas 144 unidades de atendimento da Adepará. A análise das amostras permitirá verificar as características dos itens, como qualidade, segurança e conformidade com as certificações requeridas, além de garantir que os componentes, como cabos, baterias, memória, SSDs, processadores, fontes e placas-mãe, estejam dentro dos padrões necessários para a montagem e manutenção das máquinas.</p> <p>Essa medida visa assegurar a entrega de produtos que atendam aos requisitos técnicos e de segurança, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, protegendo o interesse público e garantindo a eficiência da contratação.</p>
HAVERÁ GARANTIA DO BEM?	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim</p> <p>Os produtos fornecidos deverão contar com garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega e aceitação dos materiais pela Adepará. A garantia deverá cobrir defeitos de fabricação, falhas no funcionamento, e qualquer</p>

	<p>outro problema relacionado à qualidade dos itens adquiridos, sem custos adicionais para a Administração.</p> <p>Durante o período de garantia, o fornecedor será responsável por realizar a substituição ou reparo dos produtos que apresentarem defeitos ou falhas que não sejam decorrentes do uso inadequado. A garantia deve incluir a cobertura de custos de transporte, peças e mão de obra necessários para o atendimento de eventuais problemas.</p> <p>O fornecedor também deverá fornecer as condições e procedimentos para a utilização da garantia, bem como a disponibilidade de assistência técnica para eventuais reparos.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Os produtos fornecidos deverão contar com assistência técnica especializada durante o período de garantia, para reparo ou substituição de peças que apresentem defeitos de fabricação ou falhas de funcionamento. O fornecedor deverá garantir que a rede de assistência técnica esteja disponível em todo o território nacional, com prazos para atendimento definidos e acessibilidade para as unidades da Adepará.</p> <p>A assistência técnica deverá ser prestada de forma gratuita durante o período de garantia, incluindo a remoção e substituição de componentes defeituosos, bem como os custos de transporte, caso necessário. O fornecedor deverá fornecer informações claras sobre os canais de atendimento e o procedimento para acionar a assistência técnica, garantindo que a Adepará tenha a devida orientação caso ocorra algum problema com os produtos fornecidos.</p>
<p>CRITÉRIOS DE SELEÇÃO</p>	
<p>FORMA DE CONTRATAÇÃO</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.</p>
<p>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Menor preço.</p>
<p>O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>

CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado.	
HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	Indicar os itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22.
	<input type="checkbox"/> Não.	
REQUISITOS DA CONTRATADA		
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<p>Qual? Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. A licitante deverá comprovar o fornecimento de no mínimo 50% das quantidades exigidas.</p>
	<input type="checkbox"/> Não.	<p>Por quê? A solicitação de atestado de capacidade técnica visa garantir que o fornecedor tenha experiência comprovada em fornecimentos ou serviços semelhantes aos objetos desta licitação, assegurando que ele possua a qualificação necessária para cumprir as exigências de qualidade e prazos estabelecidos. Essa exigência, conforme a Lei nº 14.133/2021, visa garantir a eficiência e segurança na contratação, minimizando riscos para a Adepará..</p>
QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	<div> <input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual. </div> <div> Justificativa: A declaração de ciência é necessária para evitar que a licitante alegue desconhecimento das obrigações contratuais. </div>	

HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	<p>Produtos com Certificação Ambiental Os produtos fornecidos deverão possuir certificações ambientais reconhecidas, como o Selo Verde, ISO 14001 (Gestão Ambiental), ou Etiqueta Ecológica. Essas certificações garantem que os materiais foram produzidos de acordo com normas que minimizam os impactos ambientais.</p> <p>Eficiência Energética A preferência será dada a produtos que possuam certificação de eficiência energética, como 80 Plus para fontes de alimentação, visando a redução do consumo de energia elétrica e o aumento da eficiência dos componentes adquiridos.</p> <p>Redução de Impacto Ambiental O fornecedor deverá demonstrar que os produtos e processos utilizados na fabricação dos itens atendem a critérios de redução de emissão de gases poluentes, uso racional de recursos naturais e diminuição de resíduos tóxicos, conforme as normas ambientais nacionais e internacionais.</p> <p>Materiais Recicláveis e Reutilizáveis <input checked="" type="checkbox"/> Sim. Será dada preferência a produtos que possuam componentes recicláveis ou reutilizáveis, contribuindo para a diminuição da quantidade de lixo eletrônico e favorecendo a economia circular.</p> <p>Embalagens Sustentáveis As embalagens dos produtos deverão ser biodegradáveis, recicláveis ou reduzidas ao mínimo necessário, de forma a minimizar a geração de resíduos sólidos, conforme as melhores práticas ambientais.</p> <p>Responsabilidade Social e Trabalhista O fornecedor deverá comprovar que segue práticas de responsabilidade social e trabalhista, incluindo o cumprimento das leis trabalhistas, condições de trabalho adequadas e respeito aos direitos humanos. A empresa deverá também adotar políticas de inclusão e diversidade em seu ambiente de trabalho.</p> <p>Logística Reversa O fornecedor deverá oferecer soluções de logística reversa, para o retorno de produtos e materiais obsoletos ou em desuso (como baterias, eletrônicos, etc.), assegurando que esses itens sejam descartados ou reciclados de forma ambientalmente responsável.</p> <p>Adoção de Tecnologias Verdes Os produtos oferecidos deverão incorporar tecnologias verdes, que</p>

	promovam o uso sustentável de recursos, como sistemas que minimizam o consumo de energia, água e outros insumos, reduzindo a pegada ecológica dos processos de produção e utilização.
HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?	<input checked="" type="checkbox"/> Não.
FORMA DE ENTREGA DO BEM	
COMO O BEM DEVE SER ENTREGUE?	<input checked="" type="checkbox"/> O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez, no prazo de 15 dias após recebimento de Nota de empenho pelo fornecedor
LOCAL E HORA DA ENTREGA DO BEM	O bem deve ser entregue na sede da contratante, cujo endereço é Travessa Estrella, nº1184, Pedreira, CEP- 66080-008 – Belém- PA, de 09h00mm às 15h00m.
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	
PRAZO DO CONTRATO	<input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.
HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Não.
FORMA DE PAGAMENTO	Meio Ordem bancária.
	Onde? Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.
	Qual o prazo? Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.
	A regularidade fiscal pode ser provada: Prova da regularidade fiscal 1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante. ou 2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.

<p>QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Não há.</p> <p>Justificativa: A não exigência de garantia contratual (caução, fiança bancária ou seguro-garantia) neste processo licitatório se justifica pela natureza do objeto e pelo baixo custo envolvido na aquisição dos materiais. Os produtos a serem adquiridos, como componentes de informática e eletrônicos, possuem valores unitários e totais que não representam risco significativo para a Adepará, uma vez que são itens com baixo valor agregado e de fácil substituição, caso necessário.</p>
<p>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</p>	
<p>DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO</p>	<p>Funcional Programática: 20.122.1294-8338.</p> <p>Elemento de Despesa: 339030.</p> <p>Fonte do Recurso: 01501.000061.</p> <p>Ação Detalhada: 282908.</p>

Cidade (PA), 8 de abril de 2026.

(Assinatura)

EMERSON SILVA

Gerente de Tecnologia e Informação - GTI

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 01/2026
PAE nº2026 /2255818

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE		
QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?	Atender a necessidade de todas as 144 unidades pertencentes a Agência de Defesa Agropecuária do Pará que dependem do uso de computadores para a devida realização de suas atividades, considerando a atual e recorrente demanda de manutenção de máquinas.	
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO		
QUAL O TIPO DE OBJETO?	<input checked="" type="checkbox"/> Bem.	
QUAL A NATUREZA?	<input type="checkbox"/> Continuada.	<input type="checkbox"/> Com monopólio. <input type="checkbox"/> Sem monopólio.
	<input checked="" type="checkbox"/> Não continuada.	
QUAL A VIGÊNCIA?	<input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.	
PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	
HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE	Item	Descrição detalhada
		Os materiais e equipamentos a serem fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, originais de fábrica , não sendo admitidos produtos reconicionados, remanufaturados ou de procedência duvidosa.

		Todos os itens deverão atender às normas técnicas nacionais e internacionais aplicáveis , tais como ABNT, IEC, ISO e Anatel , quando cabível, bem como possuir garantia mínima do fabricante .
		<p> 1 Cabo de Rede CAT6 Cabo de rede categoria 6, padrão TIA/EIA-568-B.2 ou superior, suporte a Gigabit Ethernet (1000 Mbps), condutor em cobre, isolamento anti-chamas, caixa padrão de aproximadamente 305 metros, certificado por órgão regulador competente.</p> <p> 2 Bateria CR2032 Bateria tipo moeda, tecnologia lítio, tensão nominal 3V, compatível com placas-mãe de computadores, vida útil mínima de 5 anos.</p> <p> 3 Bateria 12V 7Ah Bateria selada VRLA, tensão nominal 12V, capacidade mínima de 7Ah, adequada para uso em nobreaks e equipamentos eletrônicos, com certificação de segurança elétrica.</p> <p> 4 Gabinete ATX Gabinete padrão ATX compatível com placas-mãe ATX e Micro-ATX, estrutura metálica resistente, suporte para SSD e HDD, baias internas, portas USB frontais e sistema de ventilação adequado.</p> <p> 5 Teclado Teclado padrão ABNT2, conexão USB, tecnologia Plug and Play, compatível com sistemas operacionais Windows e Linux.</p> <p> 6 Mouse Mouse óptico, conexão USB, resolução mínima de 1000 DPI, tecnologia Plug and Play.</p> <p> 7 SSD 240GB Unidade de estado sólido com capacidade mínima de 240GB, interface SATA III 6Gb/s, leitura mínima de 450MB/s e gravação mínima de 400MB/s, suporte a TRIM e SMART.</p> <p> 8 SSD 512GB Unidade de estado sólido com capacidade mínima de 512GB, interface SATA III 6Gb/s, tecnologia 3D NAND, suporte a TRIM e SMART.</p>

	<p> 9 Memória DDR4 8GB Memória RAM DDR4, capacidade mínima de 8GB, frequência mínima de 2666 MHz, compatível com placas-mãe padrão Intel.</p> <p> 10 Memória DDR4 16GB Memória RAM DDR4, capacidade mínima de 16GB, frequência mínima de 2666 MHz, compatível com placas-mãe padrão Intel.</p> <p> 11 SSD M.2 240GB SSD formato M.2, capacidade mínima de 240GB, interface NVMe PCIe, leitura mínima de 1500MB/s.</p> <p> 12 SSD M.2 480GB SSD formato M.2, capacidade mínima de 480GB, interface NVMe PCIe, tecnologia 3D NAND.</p> <p> 13 SSD 960GB SSD capacidade mínima de 960GB, interface SATA III, leitura mínima de 500MB/s e gravação mínima de 450MB/s.</p> <p> 14 Processador Intel Core i5 10ª geração Processador com no mínimo 4 núcleos e 8 threads, frequência base mínima de 2.5 GHz, cache mínimo de 8MB, suporte à virtualização.</p> <p> 15 Processador Intel Core i5 12ª geração Processador com arquitetura compatível com soquete LGA 1700, mínimo 6 núcleos, suporte a memória DDR4 ou DDR5, tecnologia de virtualização.</p> <p> 16 Conector RJ45 Conector padrão RJ45 compatível com cabos CAT6, contatos banhados a ouro, padrão TIA/EIA.</p> <p> 17 Fonte ATX 850W Fonte de alimentação padrão ATX, potência real mínima de 850W, certificação de eficiência energética mínima 80 Plus Bronze, PFC ativo e proteções elétricas.</p> <p> 18 Placa de Vídeo 6GB</p>
--	---

	<p> Placa gráfica dedicada com mínimo de 6GB de memória GDDR6, interface PCI Express, suporte a DirectX 12 ou superior, saídas HDMI ou DisplayPort.</p> <p> </p> <p> 19 Cooler para Processador Universal Cooler compatível com múltiplos sockets Intel e AMD, dissipador em alumínio ou cobre, ventoinha com controle PWM.</p> <p> </p> <p> 20 Cooler Intel LGA 1700 Cooler compatível com socket Intel LGA 1700, sistema de dissipação adequado para processadores Intel Core.</p> <p> </p> <p> 21 Placa-mãe ASUS B760M-AYW WIFI D4 II ou equivalente Placa-mãe compatível com processadores Intel 12ª geração, socket LGA1700, suporte a memória DDR4, slot M.2 NVMe, rede Gigabit e conectividade Wi-Fi integrada.</p> <p> </p> <p> 22 Fonte ATX 500W Fonte padrão ATX, potência real mínima de 500W, PFC ativo, proteções contra sobrecarga e curto-circuito, eficiência energética mínima compatível com padrão de mercado.</p>
<p>HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?</p>	<p style="text-align: center;">Critérios de Sustentabilidade</p> <p>Em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas, a aquisição dos equipamentos e materiais de informática deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica.</p> <p>1. Eficiência Energética</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. Os equipamentos que utilizarem energia elétrica deverão possuir baixo consumo energético, priorizando produtos com tecnologias de eficiência energética reconhecidas no mercado.</p> <p>Quando aplicável, deverão possuir certificações ou padrões equivalentes de eficiência energética, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Certificação 80 Plus para fontes de alimentação; • Tecnologias de gerenciamento de energia; • Componentes que reduzam o consumo elétrico em modo de espera.

2. Restrição de Substâncias Perigosas

Os equipamentos deverão ser fabricados em conformidade com diretrizes que restrinjam o uso de substâncias perigosas na fabricação de equipamentos eletrônicos, tais como:

- Redução ou eliminação de metais pesados (chumbo, mercúrio, cádmio, entre outros);
- Utilização de componentes eletrônicos em conformidade com padrões ambientais internacionais.

3. Durabilidade e Vida Útil

Os produtos deverão apresentar **vida útil compatível com os padrões de mercado**, visando reduzir a necessidade de substituições frequentes e consequentemente a geração de resíduos eletrônicos.

Também deverão possuir **garantia mínima do fabricante**, assegurando maior durabilidade e confiabilidade dos equipamentos.

4. Logística Reversa

Sempre que aplicável, os fornecedores deverão observar práticas de **logística reversa**, especialmente para:

- baterias;
- componentes eletrônicos;
- equipamentos de informática.

Deverá ser observada a destinação ambientalmente adequada desses materiais ao final de sua vida útil, conforme diretrizes da Lei nº 12.305/2010.

5. Redução de Impactos Ambientais

Os materiais deverão priorizar:

- embalagens recicláveis ou reutilizáveis;
- redução do volume de embalagens;
- materiais que facilitem a reciclagem ao final da vida útil.

6. Conformidade Ambiental dos Fabricantes

Sempre que possível, serão priorizados produtos provenientes de fabricantes que adotem práticas de gestão ambiental e responsabilidade socioambiental em seus processos produtivos.

7. Destinação Adequada de Resíduos

	<p>A contratante deverá observar procedimentos para descarte ambientalmente adequado de equipamentos eletrônicos, evitando a disposição inadequada em lixo comum e priorizando programas de reciclagem e reaproveitamento de componentes</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?	<p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
LEVANTAMENTO DE MERCADO	
ONDE FORAM PESQUISADAS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?	<p><input checked="" type="checkbox"/> Internet.</p>
JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO	<p>Após análise das necessidades institucionais e levantamento das possíveis soluções disponíveis no mercado, verificou-se que a alternativa mais adequada para atendimento da demanda é a aquisição dos equipamentos e componentes de informática por meio de processo licitatório, observando-se os princípios da economicidade, eficiência, competitividade e vantajosidade para a Administração Pública.</p> <p>Justificativa Técnica</p> <p>Os itens previstos na presente contratação compreendem equipamentos e componentes de informática amplamente disponíveis no mercado, tais como dispositivos de armazenamento, memórias, processadores, placas-mãe, periféricos e demais acessórios necessários ao funcionamento e manutenção da infraestrutura tecnológica da instituição.</p> <p>A aquisição direta desses equipamentos apresenta as seguintes vantagens técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Padronização da infraestrutura de TI, garantindo maior compatibilidade entre os componentes adquiridos; • Facilidade de manutenção e reposição de peças, devido à ampla disponibilidade desses itens no mercado nacional; • Melhoria do desempenho e confiabilidade dos equipamentos utilizados pela Administração, reduzindo falhas e interrupções nos serviços; • Garantia de suporte técnico e assistência do fabricante, assegurando maior vida útil dos equipamentos.

	<p>Adicionalmente, os itens especificados possuem características técnicas padronizadas, o que possibilita ampla concorrência entre.</p> <p>Justificativa Econômica</p> <p>Sob o ponto de vista econômico, a realização de processo licitatório mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, uma vez que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Permite ampla competição entre fornecedores, favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa; • Possibilita redução de custos por meio da disputa entre licitantes; • Garante transparência e igualdade de condições entre os participantes do mercado; • Permite a aquisição de bens com melhor relação custo-benefício, atendendo às necessidades institucionais sem comprometer a qualidade dos produtos. <p>Considerando ainda que o valor estimado da contratação, conforme levantamento preliminar de preços, é de aproximadamente R\$ 518.840,00, a realização de procedimento licitatório é a forma mais adequada de assegurar a correta aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.</p> <p>Conclusão</p> <p>Diante do exposto, conclui-se que a aquisição dos equipamentos e materiais de informática por meio de processo licitatório constitui a solução que melhor atende às necessidades da Administração, garantindo vantajosidade econômica, transparência, competitividade e atendimento ao interesse público, além de assegurar conformidade com a legislação vigente.</p>
HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?	<input checked="" type="checkbox"/> Não.
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	
O QUE SERÁ CONTRATADO?	Empresa especializada para fornecimento de peças e componentes de informática, por meio de processo licitatório, conforme previsto na Lei Geral de Licitações 14.133/2021.
QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?	<input checked="" type="checkbox"/> Não há.

HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.																																																																				
HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Não.																																																																				
ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO																																																																					
COMO SE OBTVEU O QUANTITATIVO ESTIMADO?	<input checked="" type="checkbox"/> Outro. Especificar: Levantamento realizado nas unidades desta ADEPARÁ.																																																																				
DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?	Foi realizado levantamento de quantidade de equipamentos em status de necessidade de manutenção, equipamentos que precisam de substituição de peças e peças disponíveis para a montagem de novas máquinas.																																																																				
ESPECIFICAÇÃO	<table> <tr> <th>Item</th> <th>Descrição</th> <th>Und</th> <th>Qtd</th> </tr> <tr> <td>1</td> <td>Cabo de Rede CAT6</td> <td>CX</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>Bateria CR2032</td> <td>UND</td> <td>60</td> </tr> <tr> <td>3</td> <td>Bateria 12V 7Ah</td> <td>UND</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>4</td> <td>Gabinete ATX</td> <td>UND</td> <td>120</td> </tr> <tr> <td>5</td> <td>Teclado</td> <td>UND</td> <td>300</td> </tr> <tr> <td>6</td> <td>Mouse</td> <td>UND</td> <td>300</td> </tr> <tr> <td>7</td> <td>SSD 240GB</td> <td>UND</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>8</td> <td>SSD 512GB</td> <td>UND</td> <td>50</td> </tr> <tr> <td>9</td> <td>Memória DDR4 8GB</td> <td>UND</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>10</td> <td>Memória DDR4 16GB</td> <td>UND</td> <td>80</td> </tr> <tr> <td>11</td> <td>SSD M.2 240GB</td> <td>UND</td> <td>80</td> </tr> <tr> <td>12</td> <td>SSD M.2 480GB</td> <td>UND</td> <td>50</td> </tr> <tr> <td>13</td> <td>SSD 960GB</td> <td>UND</td> <td>40</td> </tr> <tr> <td>14</td> <td>Processador Intel Core i5 10ª geração</td> <td>UND</td> <td>20</td> </tr> <tr> <td>15</td> <td>Processador Intel Core i5 12ª geração</td> <td>UND</td> <td>40</td> </tr> <tr> <td>16</td> <td>Conector RJ45</td> <td>UND</td> <td>200</td> </tr> </table>	Item	Descrição	Und	Qtd	1	Cabo de Rede CAT6	CX	4	2	Bateria CR2032	UND	60	3	Bateria 12V 7Ah	UND	100	4	Gabinete ATX	UND	120	5	Teclado	UND	300	6	Mouse	UND	300	7	SSD 240GB	UND	100	8	SSD 512GB	UND	50	9	Memória DDR4 8GB	UND	100	10	Memória DDR4 16GB	UND	80	11	SSD M.2 240GB	UND	80	12	SSD M.2 480GB	UND	50	13	SSD 960GB	UND	40	14	Processador Intel Core i5 10ª geração	UND	20	15	Processador Intel Core i5 12ª geração	UND	40	16	Conector RJ45	UND	200
	Item	Descrição	Und	Qtd																																																																	
	1	Cabo de Rede CAT6	CX	4																																																																	
	2	Bateria CR2032	UND	60																																																																	
	3	Bateria 12V 7Ah	UND	100																																																																	
	4	Gabinete ATX	UND	120																																																																	
	5	Teclado	UND	300																																																																	
	6	Mouse	UND	300																																																																	
	7	SSD 240GB	UND	100																																																																	
	8	SSD 512GB	UND	50																																																																	
	9	Memória DDR4 8GB	UND	100																																																																	
	10	Memória DDR4 16GB	UND	80																																																																	
	11	SSD M.2 240GB	UND	80																																																																	
	12	SSD M.2 480GB	UND	50																																																																	
	13	SSD 960GB	UND	40																																																																	
	14	Processador Intel Core i5 10ª geração	UND	20																																																																	
15	Processador Intel Core i5 12ª geração	UND	40																																																																		
16	Conector RJ45	UND	200																																																																		

	17	Fonte ATX 850W	UND	60
	18	Placa de Vídeo 6GB	UND	20
	19	Cooler para Processador Universal	UND	30
	20	Cooler Intel LGA 1700	UND	80
	21	Placa-mãe ASUS B760M-AYW WIFI D4 II ou equivalente	UND	40
	22	Fonte ATX 500W	UND	150

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

MEIOS USADOS NA PESQUISA	<input checked="" type="checkbox"/> Internet.				
--------------------------------	---	--	--	--	--

ESTIMATIVA DE PREÇO	Item	Descrição	Valor Unitário	Qtd	Valor Total
	1	Cabo de Rede CAT6	R\$1.335,47	4	R\$ 5.341,88
	2	Bateria CR2032	R\$ 5,26	60	R\$ 315,60
	3	Bateria 12V 7Ah	R\$ 130,84	100	R\$ 13.084,00
	4	Gabinete ATX	R\$ 478,20	120	R\$ 57.384,00
	5	Teclado	R\$ 60,73	300	R\$ 18.219,00
	6	Mouse	R\$ 33,29	300	R\$ 9.987,00
	7	SSD 240GB	R\$ 499,65	100	R\$ 49.965,00
	8	SSD 512GB	R\$ 610,55	50	R\$ 30.527,50
	9	Memória DDR4 8GB	R\$ 595,30	100	R\$ 59.530,00
	10	Memória DDR4 16GB	R\$ 1.173,35	80	R\$ 93.868,00
	11	SSD M.2 240GB	R\$ 541,02	80	R\$ 43.281,60
	12	SSD M.2 480GB	R\$ 629,22	50	R\$ 31.461,00
	13	SSD 960GB	R\$ 746,34	40	R\$ 29.853,60
	14	Processador Intel Core i5 10ª geração	R\$ 1.150,18	20	R\$ 23.003,60
	15	Processador Intel Core i5 12ª geração	R\$ 1.262,84	40	R\$ 50.513,60
	16	Conector RJ45	R\$ 1,19	200	R\$ 238,00

	17	Fonte ATX 850W	R\$ 893,94	60	R\$ 53.636,40
	18	Placa de Vídeo 6GB	R\$ 1.709,42	20	R\$ 34.188,40
	19	Cooler para Processador Universal	R\$ 176,13	30	R\$ 5.283,90
	20	Cooler Intel LGA 1700	R\$ 84,20	80	R\$ 6.736,00
	21	Placa-mãe ASUS B760M-AYW WIFI D4 II ou equivalente	R\$ 1.413,45	40	R\$ 56.538,00
	22	Fonte ATX 500W	R\$ 217,91	150	R\$ 32.686,50
				TOTAL	R\$ 705.642,58

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	
	<input type="checkbox"/> Não. Por quê? <div> <input type="checkbox"/> Objeto indivisível. <input type="checkbox"/> Perda de escala. <input type="checkbox"/> Tecnicamente inviável. <input type="checkbox"/> Economicamente inviável. <input type="checkbox"/> Aproveitamento da competitividade. <input type="checkbox"/> Outro. </div> Especificar: (Indicar o motivo).	

CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?	<input type="checkbox"/> Sim.	Especificar: (Indicar o PAE e o número do contrato administrativo, especificando o seu objeto correlato/interdependente).
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	

ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO

HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?	<input type="checkbox"/> Sim.	Especificar item do PCA: nn.
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	Providências: (Pncp em processo de elaboração).

RESULTADOS PRETENDIDOS

QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento Administrativo	<input type="checkbox"/> Redução de Custos
		<input type="checkbox"/> Aproveitamento de Recursos Humanos
		<input checked="" type="checkbox"/> Ganho de Eficiência

PROVIDÊNCIAS PENDENTES	
HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Não.
IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	
HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <p><u>Previsão de impactos ambientais</u></p> <p>A aquisição de equipamentos e componentes de informática, tais como memórias, unidades de armazenamento, processadores, fontes de alimentação, periféricos e baterias, pode gerar impactos ambientais associados à cadeia produtiva, ao consumo energético durante o uso e ao descarte de resíduos eletroeletrônicos ao final de sua vida útil.</p> <p>Dentre os principais impactos ambientais associados à presente contratação, destacam-se:</p> <p>a) Geração de resíduos eletroeletrônicos</p> <p>Os equipamentos e componentes de informática, quando descartados, podem gerar resíduos eletrônicos contendo metais, plásticos e circuitos eletrônicos que, se não destinados adequadamente, podem causar contaminação do solo e da água.</p> <p>b) Descarte de baterias</p> <p>As baterias utilizadas em equipamentos de informática, como baterias tipo moeda (CR2032) e baterias estacionárias, podem conter substâncias químicas potencialmente poluentes, sendo necessária destinação ambientalmente adequada.</p> <p>c) Consumo energético dos equipamentos</p> <p>Equipamentos de informática demandam consumo contínuo de energia elétrica durante sua utilização, podendo contribuir para aumento do consumo energético institucional.</p>

d) Impactos da cadeia produtiva

A produção de componentes eletrônicos envolve processos industriais que demandam extração de recursos naturais e consumo de energia, podendo gerar impactos ambientais indiretos.

e) Geração de resíduos de embalagens

O fornecimento dos materiais pode resultar na geração de resíduos de papelão, plástico e outros materiais de embalagem.

Especificar as medidas de mitigação dos impactos: Com o objetivo de reduzir ou mitigar os impactos ambientais decorrentes da contratação, serão adotadas as seguintes medidas:

a) Destinação ambientalmente adequada de resíduos

Os equipamentos e componentes substituídos ou descartados deverão ser encaminhados para destinação ambientalmente adequada, preferencialmente por meio de programas de logística reversa ou empresas especializadas em tratamento de resíduos eletroeletrônicos, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010.

b) Prioridade para equipamentos com maior eficiência energética

Sempre que possível, serão priorizados equipamentos que apresentem menor consumo de energia e maior eficiência energética, contribuindo para a redução do impacto ambiental associado ao consumo elétrico.

c) Ampliação da vida útil dos equipamentos

Serão priorizadas soluções que permitam manutenção, atualização e ampliação da vida útil dos equipamentos, como substituição de memória e armazenamento, reduzindo a necessidade de descarte prematuro.

d) Reutilização de equipamentos

Equipamentos e componentes que ainda estejam em condições de uso poderão ser reaproveitados em outros setores da instituição, contribuindo para redução da geração de resíduos.

e) Redução de resíduos de embalagens

Os fornecedores deverão, sempre que possível, utilizar embalagens recicláveis ou reutilizáveis, reduzindo a geração de resíduos sólidos decorrentes da entrega dos materiais.

	<p>f) Destinação adequada de baterias</p> <p>As baterias deverão ser descartadas em locais apropriados ou encaminhadas para programas de recolhimento e reciclagem, conforme legislação ambiental vigente.</p> <hr/> <p>Conclusão</p> <p>Diante das medidas apresentadas, entende-se que os impactos ambientais decorrentes da presente contratação são considerados de baixo impacto e plenamente mitigáveis, desde que observadas as medidas de sustentabilidade e destinação adequada de resíduos, em conformidade com a legislação ambiental vigente.</p>
CONCLUSÃO	
A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.

Cidade (PA), 9 de março de 2026.

(Assinatura)

NOME DO SERVIDOR

Cargo e matrícula

CONTRATO ADEPARÁ NºXXXX/AAAA
PAE nº E-2026/2255818

RESUMO



CONTRATANTE

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará | AUTARQUIA
CNPJ nº 05.470.347/0001-11.



CONTRATADO

Nome da razão social da pessoa jurídica
CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx.



OBJETO

Aquisição de peças e componentes de informática, constante no item X do TR.

ENTREGA

Forma Em parcela única.
Prazo 15 dias corridos após a emissão da nota de empenho.
Local O bem deve ser entregue na sede da contratante, cujo endereço é Travessa Estrella, nº1184, Pedreira, CEP-66080-008 – Belém- PA, de 09h00mm às 15h00m.



VALOR TOTAL

R\$ xxx.xxx,xx.

REAJUSTE

Índice ☐ IPCA ☐ INPC ☐ INCC ☒ IGPM

Período A cada **12 meses**, a contar de **07/04/2026** (data do orçamento estimado).

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



FISCALIZAÇÃO

O fiscal do contrato é o servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor]. (Esses dados devem ser inseridos por ocasião da assinatura do contrato).



VIGÊNCIA

Prazo **12 meses**.

Início **dd/mm/aaaa**

Fim **dd/mm/aaaa**

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 1

Partes

Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE	AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADE-PARÁ , autarquia, CNPJ nº 05.470.347.0001-11, com sede na Tv. Mariz e Barros, nº 1184, Bairro: Pedreira, Belém-PA, CEP: 66.085-023, neste ato representado pelo Diretor Geral Jamir Junior Paraguassu Macedo, nomeado pela Decreto do Gabinete do Governador, publicada no DOE de 16 de junho de 2020, pág. 04, portador da matrícula funcional nº 54189457/2.
--------------------	--

CONTRATADO	NOME DA RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA , CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na [inserir endereço], neste ato representado por [NOME DO REPRESENTANTE DA PJ], RG nº xxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].
-------------------	--

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

O presente contrato é oriundo do **Pregão Eletrônico nº nnnn/aaaa** constante no PAE nº E-2026/2255818 e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto da contratação é a **aquisição de peças e componentes de informática**, conforme descrito no Termo de Referência, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

3.2 Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor e aos anexos desses documentos.

3.3 Os bens contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

Item	Preço unit	Qtd	Total
x	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 0,00

CLÁUSULA 4

Entrega dos bens

As condições de entrega e recebimento dos bens adquiridos são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA 5

Preço

O valor global do contrato é **R\$ xxx.xxx,xx** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA 6

Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de **2026**, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade	92201
Fonte	01501.000061
Programa de Trabalho	20.122.1297–8338 (Operacionalização das Ações Administrativas)

CLÁUSULA 7

Reajuste

7.1 O contrato será reajustado pelo **IGPM**.

7.2 É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **07/04/2026** (data do orçamento estimado).

7.3 O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.

7.4 O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.

7.5 O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.

7.6 O reajuste será realizado por *simples apostila*.

7.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.8 Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

7.9 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

CLÁUSULA 8

Pagamento

8.1 O pagamento será realizado em **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

Banco	Banpará.
Agência	XXXX-X.
Conta	XXXXXX-X.

8.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

8.4 Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

8.5 A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

8.6 A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.7 A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

8.8 Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

8.9 A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento dos bens que já foram entregues.

8.10 Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente serão pagos os bens já entregues.

8.11 Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

8.12 A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

8.13 O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

8.14 O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

CLÁUSULA 9

Garantia de cumprimento contratual

9.1 Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

9.2 A garantia de execução do contrato não desobriga o CONTRATADO de apresentar a garantia contratual dos bens adquiridos, legal e do fabricante, a qual deve ser de **12 meses**, contados a partir da data de entrega e aceitação dos materiais pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA 10

Obrigações das partes

10.1 O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c. Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e. Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- f. Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

10.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:

- a. Entregar o objeto no prazo constante no Termo de Referência, acompanhado do manual do usuário com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- b. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato, nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c. Responsabilizar-se pelos vícios e danos do objeto, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27, da Lei Federal nº 8.078/90.
- d. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de até **24 horas** antes da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.

- f. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais empregados.
- g. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento deste contrato e de todo dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, cuja responsabilidade não será reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, o qual ficará autorizado a descontar o valor dos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia.
- h. Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:
 - 1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
 - 2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
 - 3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
 - 4. Certidão de Regularidade do FGTS.
 - 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
 - 6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- i. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- j. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- k. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- l. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- m. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.

- n.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.
- o.** Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.
- p.** Responsabilizar-se pela coleta, transporte, recebimento e destinação final ambientalmente adequada de todas as peças e equipamentos utilizados no âmbito deste contrato, observando integralmente a legislação ambiental vigente, em especial a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e suas regulamentações;
- q.** Realizar a coleta das peças e equipamentos nas dependências da contratante, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação;
- r.** Emitir e entregar à contratante comprovantes formais da destinação final, tais como certificados de reciclagem, manifestos de transporte de resíduos ou documentos equivalentes, que deverão ser apresentados sempre que solicitados e, no mínimo, a cada coleta realizada.

CLÁUSULA 11

Responsabilidade por danos

11.1 A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

11.2 A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

11.3 O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
	Advertência*
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>“Impedimento de licitar e contratar”</i> .
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar*
c. Dar causa à inexecução total do contrato.	
d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	
e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	
f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>“Declaração de inidoneidade para licitar e contratar”</i> .

- g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.
- h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
- k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**Declaração de inidoneidade
para licitar e contratar**

12.2 O atraso superior a **30 dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4 As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa	
<i>Moratória</i>	<i>Compensatória</i>
a. 0,33% sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos .	20% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.

12.5 Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

12.7 Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

12.8 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 A aplicação das sanções deve observar:

- a. A natureza e gravidade da infração.
- b. As peculiaridades do caso.
- c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d. Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

12.11 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12 No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 13

Alterações do contrato

13.1 As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2 Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

13.3 As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

13.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14

Extinção do contrato

14.1 O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

14.3 Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.4 Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

CLÁUSULA 15

Fiscalização

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor], conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA 16

Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 17

Tratamento adequado dos conflitos de interesse

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

CLÁUSULA 18

Divulgação e publicação

18.1 O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

18.2 Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 19

Vigência

19.1 O contrato terá vigência de **12 meses**, com início em **dd/mm/aaaa** e término em **dd/mm/aaaa**.

19.2 Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

19.3 Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA 20

Foro

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Belém/PA, _____ de _____ de 2026.

JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO

Diretor Geral - ADEPARÁ

Contratante

NOME DO CONTRATADO

Nome do representante, se não for PF

Contratado

CPF: _____

Testemunha

CPF: _____

Testemunha